

Divulgação de Resultados

Earnings Release 2T21 / 6M21

Enel Distribuição Rio

Ampla Energia e Serviços S.A.

27 de julho de 2021

Relações com Investidores

Julia Freitas de Alcantara Nunes
Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Fábio Romanin
Head de Relações com Investidores

Leonardo Dias Wanderley
Relações com Investidores

<https://www.enel.com.br/pt/investidores/enel-distribuicao-rio.html> | brasil.investorrelations@enel.com

Rio de Janeiro, 27 de julho de 2021 – A Ampla Energia e Serviços S.A. (“Enel Distribuição Rio” ou “Companhia”) [B3: CBEE3], distribuidora de energia elétrica, concessionária de serviço público federal, cuja área de concessão abrange 73% do território do estado do Rio de Janeiro, cobrindo 66 municípios, e possui 3,0 milhões de clientes, divulga o seu resultado do segundo trimestre (“2T21”) e do primeiro semestre (“1S21”, “6M21”). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas de acordo com a Legislação Societária.

DESTAQUES

DESTAQUES DO PERÍODO

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)*	2.886	2.514	14,8%	2.827	2,1%	5.735	5.590	2,6%
Receita Bruta (R\$ mil)	2.888.977	2.216.191	30,4%	2.874.608	0,5%	5.763.585	4.743.008	21,5%
Receita Líquida (R\$ mil)	1.794.600	1.402.429	28,0%	1.794.979	-0,0%	3.589.579	2.960.101	21,3%
EBITDA (3) (R\$ mil)*	59.304	216.908	-72,7%	167.538	-64,6%	226.842	427.752	-47,0%
Margem EBITDA (%)*	3,30%	15,47%	-12,17 p.p	9,33%	-6,03 p.p	6,32%	14,45%	-8,13 p.p
Margem EBITDA ex-Receita de Construção*	3,93%	18,78%	-14,85 p.p	10,32%	-6,39 p.p	7,24%	17,19%	-9,95 p.p
EBIT (4) (R\$ mil)*	(54.748)	117.566	<-100,0%	48.178	<-100,0%	(6.570)	227.699	<-100,0%
Margem EBIT (%)*	-3,05%	8,38%	-11,43 p.p	2,68%	-5,73 p.p	-0,18%	7,69%	-7,87 p.p
Lucro (Prejuízo) Líquido (R\$ mil)	(61.153)	27.783	<-100,0%	45.427	<-100,0%	(15.726)	49.574	<-100,0%
Margem Líquida	-3,41%	1,98%	-5,39 p.p	2,53%	-5,94 p.p	-0,44%	1,67%	-2,11 p.p
Margem Líquida ex-Receita de Construção	-4,05%	2,41%	-6,46 p.p	2,80%	-6,85 p.p	-0,50%	1,99%	-2,49 p.p
CAPEX (R\$ mil)*	306.046	216.857	41,1%	138.981	>100,0%	445.026	399.328	11,4%
DEC (12 meses)*	10,18	10,96	-7,1%	10,24	-0,6%	10,18	10,96	-7,1%
FEC (12 meses)*	5,71	6,86	-16,8%	6,06	-5,8%	5,71	6,86	-16,8%
Índice de Arrecadação (12 meses)*	94,25%	95,71%	-1,46 p.p	93,59%	0,66 p.p	94,25%	95,71%	-1,46 p.p
Perdas de Energia (12 meses)*	23,50%	21,97%	1,53 p.p	24,84%	-1,34 p.p	23,50%	21,97%	1,53 p.p
Nº de Consumidores Totais*	3.010.693	2.964.051	1,6%	2.995.369	0,5%	3.010.392	2.963.740	1,6%
Nº de Colaboradores (Próprios)*	1.016	983	3,4%	997	1,9%	1.016	983	3,4%
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros*	270	257	5,1%	293	-7,8%	537	571	-6,0%
PMSO (5)/Consumidor*	132,14	65,25	>100,0%	122,82	7,6%	254,36	158,59	59,7%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros*	282	303	-6,9%	311	-9,3%	282	303	-6,9%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	10.681	9.796	9,0%	9.635	10,9%	10.681	9.796	9,0%

(1) Variação entre 2T21 e 1T21 (2) Variação entre 6M21 e 6M20

(3) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações, (4) EBIT: Resultado do Serviço e (5) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

PERFIL CORPORATIVO

Área de Concessão

A Enel Distribuição Rio fornece energia elétrica a 66 municípios distribuídos em 32.615 km², o que corresponde, aproximadamente, a 73% do território do Estado do Rio de Janeiro. A base comercial da Companhia compreende a quase 3,0 milhões de unidades consumidoras e envolve uma população estimada de 7,1 milhões de habitantes.

DADOS GERAIS*

	2T21	2T20	Var.%
Área de Concessão (km ²)	32.615	32.615	-
Municípios (Qte.)	66	66	-
Habitantes (Qte.) (1)	7.063.585	7.004.950	0,8%
Consumidores (Unid.)	3.010.693	2.964.051	1,6%
Linhas de Distribuição (Km)	57.539	57.040	0,9%
Linhas de Transmissão (Km)	3.454	3.429	0,7%
Subestações (Unid.)	127	126	0,8%
Volume de Energia 12 meses (GWh)	11.356	11.060	2,7%
Marketshare no Brasil - Nº de Clientes (2)	3,46%	3,58%	-0,12 p.p
Marketshare no Brasil - Volume de Energia (3)	2,32%	2,42%	-0,10 p.p

(1) Fonte: Para ambos os trimestres, utilizamos o resultado das estimativas da população divulgados anualmente pelo IBGE

(2) Estimativa do número de consumidores Brasil de acordo com a ABRADÉE

(3) Volume de Energia Brasil de acordo com a EPE



* Valores não auditados pelos auditores independentes

Mercado Bursátil

As ações da Companhia são negociadas na B3 – Brasil, Bolsa e Balcão. As cotações de fechamento do período são apresentadas a seguir.

COTAÇÃO DE FECHAMENTO (R\$/AÇÃO)*

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
Ordinárias - ON (CBEE3)	24,90	16,00	55,6%	16,09	54,8%	24,90	16,00	55,6%

(1) Variação entre 2T21 e 1T21 (2) Variação entre 6M21 e 6M20

Estrutura de Controle e Organograma Societário Simplificado

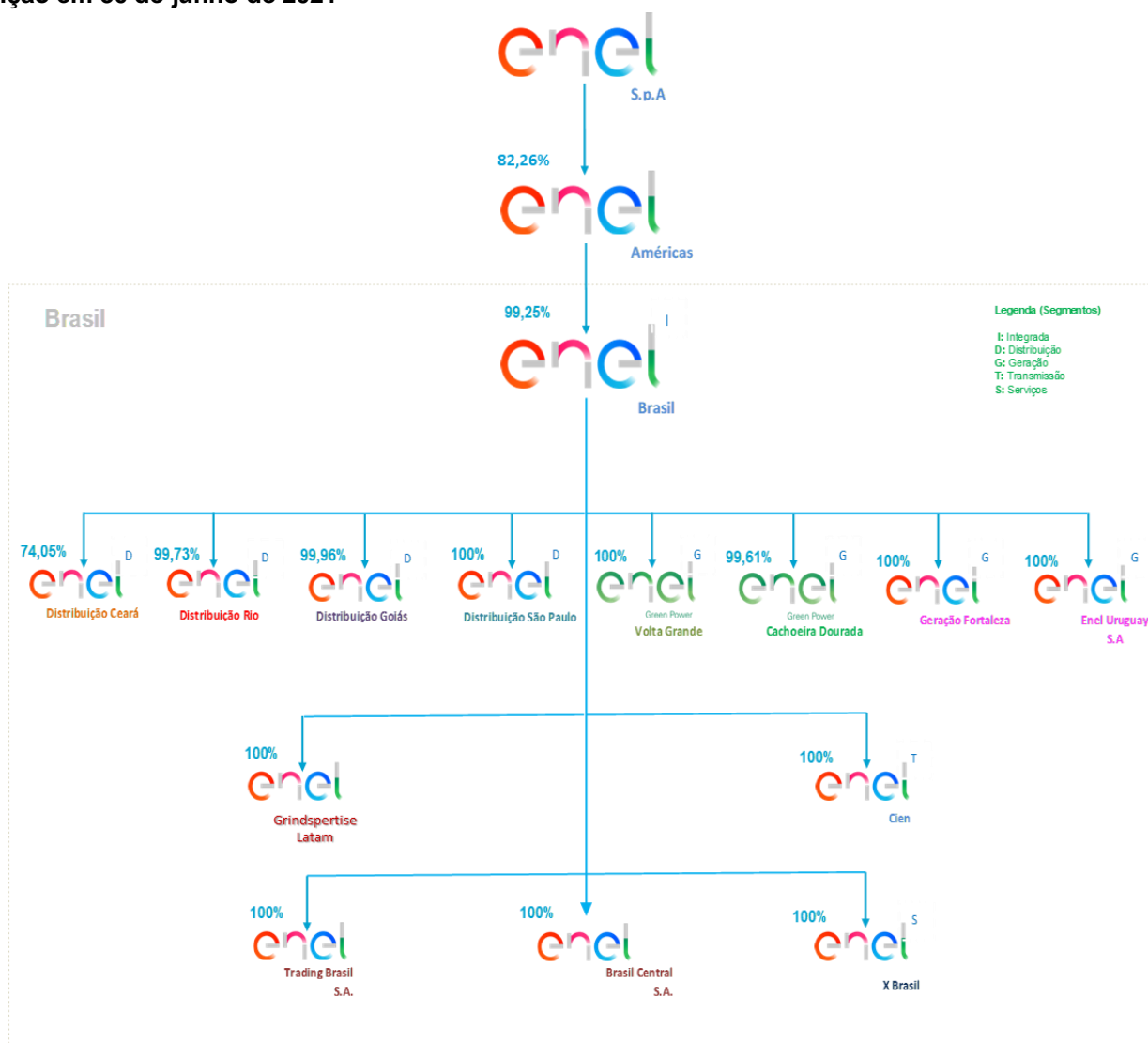
A Enel Distribuição Rio é uma sociedade anônima de capital aberto, que tem a seguinte estrutura de controle:

ESTRUTURA DE CONTROLE (EM 30/06/2021)

	ON (1)	%	TOTAL	%
Controladores	166.191.392	99,73%	166.191.392	99,73%
Enel Brasil	166.191.392	99,73%	166.191.392	99,73%
Não Controladores	442.934	0,27%	442.934	0,27%
Outros	442.934	0,27%	442.934	0,27%
Totais	166.634.326	100,00%	166.634.326	100,00%

(1) As ações ordinárias possuem *Tag Along* de 80%

Posição em 30 de junho de 2021



MERCADO DE ENERGIA

Unidades Consumidoras

NÚMERO DE CONSUMIDORES (UNIDADES)*

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
Mercado Cativo	2.764.850	2.672.005	3,5%	2.788.035	-0,8%	2.764.850	2.672.005	3,5%
Residencial - Convencional	2.412.391	2.325.800	3,7%	2.429.551	-0,7%	2.412.391	2.325.800	3,7%
Residencial - Baixa Renda	143.399	126.638	13,2%	141.527	1,3%	143.399	126.638	13,2%
Industrial	3.106	3.346	-7,2%	3.365	-7,7%	3.106	3.346	-7,2%
Comercial	125.137	134.787	-7,2%	131.725	-5,0%	125.137	134.787	-7,2%
Rural	63.093	63.730	-1,0%	64.081	-1,5%	63.093	63.730	-1,0%
Setor Público	17.724	17.704	0,1%	17.786	-0,3%	17.724	17.704	0,1%
Clientes Livres	699	566	23,5%	686	1,9%	699	566	23,5%
Industrial	134	125	7,2%	132	1,5%	134	125	7,2%
Comercial	514	405	26,9%	505	1,8%	514	405	26,9%
Setor Público	50	35	42,9%	48	4,2%	50	35	42,9%
Residencial	1	1	-	1	-	1	1	-
Revenda	24	24	-	26	-7,7%	24	24	-
Subtotal - Consumidores Efetivos Faturados	2.765.573	2.672.595	3,5%	2.788.747	-0,8%	2.765.573	2.672.595	3,5%
Consumo Próprio	301	311	-3,2%	335	-10,1%	301	311	-3,2%
Consumidores Ativos Não Faturados	244.819	291.145	-15,9%	206.287	18,7%	244.819	291.145	-15,9%
Total - Número de Consumidores	3.010.693	2.964.051	1,6%	2.995.369	0,5%	3.010.392	2.963.740	1,6%

(1) Variação entre 2T21 e 1T21 (2) Variação entre 6M21 e 6M20

A Companhia encerrou o 2T21 com um aumento de 3,5% no número de consumidores efetivos faturados em relação ao registrado no 2T20, principalmente, pelo aumento nas classes residenciais, reflexo do crescimento

vegetativo da área de concessão. Se considerados os consumidores não faturados e consumo próprio, o total de consumidores apresentou aumento de 1,6% entre períodos. No 2T21 os investimentos voltados para conexão de novos clientes à rede da Companhia totalizaram o montante de R\$ 119,3 milhões, 79,1% superior ao montante investido no 2T20.

Venda de Energia na Área de Concessão

A venda de energia em nossa área de concessão, conforme demonstrado na tabela a seguir, encerrou o 2T21 em 2.886 GWh, um aumento de 14,8% em relação ao volume de energia vendido e transportado no 2T20.

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWH)*

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
Mercado Cativo	2.036	1.841	10,6%	2.259	-9,9%	4.295	4.115	4,4%
Clientes Livres	718	559	28,4%	483	48,7%	1.202	1.236	-2,8%
Revenda	131	114	14,9%	84	56,0%	237	237	-
Total - Venda e Transporte de Energia	2.886	2.514	14,8%	2.827	2,1%	5.735	5.590	2,6%

(1) Variação entre 2T21 e 1T21 (2) Variação entre 6M21 e 6M20

Mercado Cativo

VENDA DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWH)*

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
Residencial - Convencional	1.212	1.074	12,8%	1.401	-13,5%	2.613	2.383	9,7%
Residencial - Baixa Renda	53	47	12,8%	66	-19,7%	118	95	24,2%
Industrial	39	42	-7,1%	36	8,3%	75	93	-19,4%
Comercial	379	333	13,8%	405	-6,4%	785	820	-4,3%
Rural	42	41	2,4%	45	-6,7%	87	86	1,2%
Setor Público	311	303	2,6%	305	2,0%	615	639	-3,8%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	2.036	1.841	10,6%	2.259	-9,9%	4.295	4.115	4,4%

(1) Variação entre 2T21 e 1T21 (2) Variação entre 6M21 e 6M20

No 2T21, o total de venda de energia no mercado cativo apresentou um aumento de 10,6%, em comparação ao mesmo trimestre do ano anterior. A variação é explicada principalmente pelo aumento no consumo nas classes residencial convencional e baixa renda, comercial e setor público.

Esse efeito foi parcialmente compensado pela redução do consumo nas classes industrial decorrente da atual pandemia do COVID-19 e consequente agravamento do contexto econômico na área de concessão. Em adição, contribuiu a migração de clientes para o ambiente de contratação livre ("ACL").

VENDA DE ENERGIA PER CAPITA NO MERCADO CATIVO (KWH/CONS.)*

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
Residencial - Convencional	503	462	8,9%	577	-12,8%	1.083	1.025	5,7%
Residencial - Baixa Renda	369	373	-1,1%	463	-20,3%	826	748	10,4%
Industrial	12.564	12.537	0,2%	10.830	16,0%	24.297	27.653	-12,1%
Comercial	3.032	2.473	22,6%	3.078	-1,5%	6.273	6.082	3,1%
Rural	658	651	1,1%	710	-7,3%	1.379	1.346	2,5%
Setor Público	17.530	17.122	2,4%	17.134	2,3%	34.723	36.100	-3,8%
Total - Venda per Capita no Mercado Cativo	736	689	6,8%	810	-9,1%	1.553	1.540	0,8%

(1) Variação entre 2T21 e 1T21 (2) Variação entre 6M21 e 6M20

Clientes Livres

TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWH)*

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
Industrial	515	419	22,9%	345	49,3%	860	924	-6,9%
Comercial	160	103	55,3%	110	45,5%	270	240	12,5%
Setor Público	42	35	20,0%	28	50,0%	70	69	1,4%
Residencial	1	1	-	0	-	1	2	-50,0%
Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres*	718	559	28,4%	483	48,7%	1.202	1.236	-2,8%

(1) Variação entre 2T21 e 1T21 (2) Variação entre 6M21 e 6M20

TRANSPORTE DE ENERGIA PER CAPITA PARA OS CLIENTES LIVRES (KWH/CONS.)*

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
Industrial	3.843	3.353	14,6%	2.613	47,1%	6.417	7.393	-13,2%
Comercial	311	255	22,0%	218	42,7%	526	593	-11,3%
Setor Público	842	1.007	-16,4%	585	43,9%	1.403	1.982	-29,2%
Residencial	1.124	1.437	-21,8%	309	>100,0%	1.434	2.461	-41,7%
Média - Transporte per capita p/ Clientes Livres*	1.028	988	4,0%	705	45,8%	1.719	2.184	-21,3%

(1) Variação entre 2T21 e 1T21 (2) Variação entre 6M21 e 6M20

O aumento de 4,0% no transporte de energia per capita para os clientes livres no trimestre é atribuído, principalmente, a retomada do padrão de consumo dos clientes livres da Companhia mediante a redução do padrão médio de consumo dos clientes livres industriais e comerciais verificado em 2020, resultado dos efeitos da pandemia do Covid-19 e consequente contração da atividade econômica.

No acumulado do ano, houve uma redução de 21,3% no transporte de energia per capita para os clientes livres. No primeiro trimestre ocorreu uma adequação no procedimento de faturamento, que passou a ser realizado nos primeiros dias do mês seguinte à leitura. Anteriormente, o processo de leitura e faturamento eram realizados no mesmo mês. Apesar da redução do consumo, se considerados o consumo lido mas não faturado do último mês do período, a Companhia registrou um aumento no total de volume de energia distribuída para os clientes livres

Compra de Energia

COMPRA DE ENERGIA (GWH)*

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
Itaipu	533	539	-1,1%	528	0,9%	1.061	1.078	-1,6%
Angra I e II	102	101	1,0%	101	1,0%	202	202	-
PROINFA	50	51	-2,0%	43	16,3%	93	100	-7,0%
Leilão e Quotas	2.336	2.471	-5,5%	2.586	-9,7%	4.922	5.112	%
Total - Compra de Energia s/ CCEE	3.021	3.164	-4,5%	3.258	-7,3%	6.279	6.494	-3,3%
Liquidação na CCEE	(280)	(560)	-50,0%	224	<-100,0%	(56)	(577)	-90,3%
Total - Compra de Energia	2.740	2.604	5,2%	3.482	-21,3%	6.222	5.917	5,2%

(1) Variação entre 2T21 e 1T21 (2) Variação entre 6M21 e 6M20

Balanço de Energia

BALANÇO DE ENERGIA*

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
Energia requerida (GWh)	3.397	3.171	7,1%	4.184	-18,8%	7.581	7.122	6,4%
Energia distribuída (GWh)	2.891	2.520	14,7%	2.832	2,1%	5.723	5.609	2,0%
Residencial - Convencional	1.212	1.074	12,8%	1.401	-13,5%	2.613	2.383	9,7%
Residencial - Baixa Renda	53	47	12,8%	66	-19,7%	118	95	24,2%
Industrial	39	42	-7,1%	36	8,3%	75	93	-19,4%
Comercial	379	333	13,8%	405	-6,4%	785	820	-4,3%
Rural	42	41	2,4%	45	-6,7%	87	86	1,2%
Setor Público	311	303	2,6%	305	2,0%	615	639	-3,8%
Clientes Livres	718	559	28,4%	483	48,7%	1.202	1.236	-2,8%
Revenda	131	114	14,9%	84	56,0%	216	237	-8,9%
Consumo Próprio	5	5	-	5	-	11	20	-45,0%
Perdas na Distribuição - Sistema Ampla (GWh)	506	651	-22,3%	1.352	-62,6%	1.858	1.513	22,8%
Perdas na Distribuição - Sistema Ampla (%)	14,89%	20,54%	-5,65 p.p	32,32%	-17,43 p.p	24,51%	21,24%	3,27 p.p

(1) Variação entre 2T21 e 1T21 (2) Variação entre 6M21 e 6M20

As perdas na distribuição em 2021 foram impactadas pela REN Aneel 863/2019, que tornou necessário um ajuste de processo e postergação no faturamento destes clientes, uma vez que o índice de perdas é calculado com base na quantidade de energia faturada do cliente de uma forma geral.

* Valores não auditados pelos auditores independentes

4 INDICADORES OPERACIONAIS

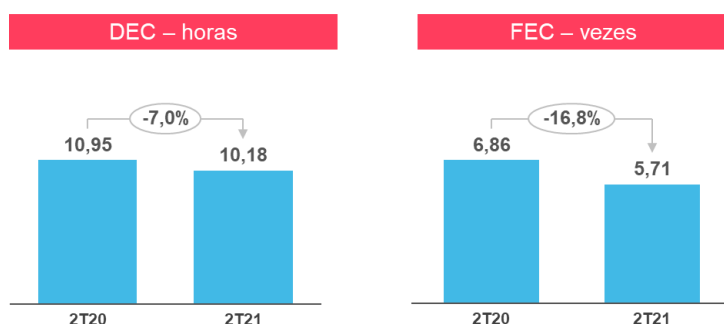
INDICADORES OPERACIONAIS E DE PRODUTIVIDADE*

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
DEC 12 meses (horas)	10,18	10,96	-7,1%	10,24	-0,6%	10,18	10,96	-7,1%
FEC 12 meses (vezes)	5,71	6,86	-16,8%	6,06	-5,8%	5,71	6,86	-16,8%
Perdas de Energia 12 meses (%)	23,50%	21,97%	1,53 p.p	24,84%	-1,34 p.p	23,50%	21,97%	1,53 p.p
Índice de Arrecadação 12 meses (%)	94,25%	95,71%	-1,46 p.p	93,59%	0,66 p.p	94,25%	95,71%	-1,46 p.p
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros*	270	257	5,1%	293	-7,8%	537	571	-6,0%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros*	282	303	-6,8%	311	-9,3%	282	303	-6,8%
PMSO (3)/Consumidor	132,14	65,25	>100,0%	122,82	7,6%	254,36	158,59	60,4%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	10.681	9.796	9,0%	9.635	10,9%	10.681	9.796	9,0%

(1) Variação entre 2T21 e 1T21 (2) Variação entre 6M21 e 6M20

(3) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

Qualidade do Fornecimento

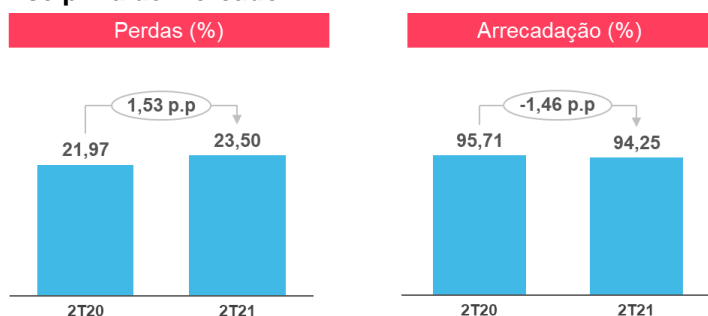


Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia. Os indicadores DEC e FEC apresentaram significativa evolução no 2T21 em relação ao 2T20, com redução na ordem de 7,0% e 16,8% respectivamente. Esta melhoria na qualidade do sistema tem como principal

reflexo o resultado dos investimentos em automação e telecomandos realizados nos últimos anos.

A Enel Distribuição Rio investiu R\$ 51,4 milhões em adequação à carga e qualidade do sistema no 2T21, e no semestre, o volume investido foi de R\$ 79,4 milhões.

Disciplina de Mercado*



As perdas de energia TAM – Taxa Anual Móvel (medição acumulada em 12 meses) alcançaram 23,50% no 2T21, um aumento 1,53 p.p. em relação às perdas registradas no 2T21, de 21,97%. As maiores perdas estão concentradas principalmente nas chamadas áreas de risco, regiões onde a Companhia tem dificuldades operativas, e que apresentam maior nível de furto e desperdício de energia.

As perdas foram impactadas pela REN Aneel 863/2019, que obrigou as distribuidoras a faturar os clientes do Grupo A conforme calendário cível a partir de janeiro de 2021. Isso tornou necessário um ajuste de processo e postergação no faturamento destes clientes, o que contribuiu com o maior valor registrado, uma vez que o índice de perdas é calculado com base na quantidade de energia faturada do cliente.

O plano de combate as perdas de energia da Enel Rio mantém suas ações nos pilares de prevenção e recuperação da receita, principalmente na recuperação do seu ciclo comercial, com projetos com foco na recuperação de clientes cortados, mapeamento e conexão de consumidores clandestinos, redução de passivos em manutenção de equipamentos de medição e melhorias nos processos de leitura, reduzindo a quantidade de clientes faturados por média e mínimo. Estas ações permitiram alavancar a efetividade para 99,38% em junho 21, um acréscimo de 0,76 p.p em relação ao 2T20. Nas ações de combate a fraudes de energia, a empresa aumentou em 12% o volume de ações de fiscalizações de medições executadas até junho 21 e pretende chegar a 30% de acréscimo durante o

* Valores não auditados pelos auditores independentes

ano de 2021, com objetivo de identificar e corrigir possíveis perdas de energia advindas de fraudes e avarias de equipamentos de medição.

No 2T21, foi investido no combate às perdas o montante de R\$ 46,0 milhões*, e no semestre, R\$ 70,8 milhões.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultado

PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO (R\$ MIL) E MARGENS (%)

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
Receita Operacional Bruta	2.888.977	2.216.191	30,4%	2.874.608	0,5%	5.763.585	4.743.008	21,5%
Deduções à Receita Operacional	(1.094.377)	(813.762)	34,5%	(1.079.629)	1,4%	(2.174.006)	(1.782.907)	21,9%
Receita Operacional Líquida	1.794.600	1.402.429	28,0%	1.794.979	-0,0%	3.589.579	2.960.101	21,3%
Custos do Serviço e Despesas Operacionais	(1.849.348)	(1.284.863)	43,9%	(1.746.801)	5,9%	(3.596.149)	(2.732.402)	31,6%
EBITDA(3)*	59.304	216.908	-72,7%	167.538	-64,6%	226.842	427.752	-47,0%
Margem EBITDA*	3,30%	15,47%	-12,17 p.p	9,33%	-6,03 p.p	6,32%	14,45%	-8,13 p.p
Margem EBITDA ex-Receita de Construção*	3,93%	18,78%	-14,85 p.p	10,32%	-6,39 p.p	7,24%	17,19%	-9,95 p.p
EBIT(4)*	(54.748)	117.566	<-100,0%	48.178	<-100,0%	(6.570)	227.699	<-100,0%
Margem EBIT*	-3,05%	8,38%	-11,43 p.p	2,68%	-5,73 p.p	-0,18%	7,69%	-7,87 p.p
Resultado Financeiro	2.680	(75.055)	<-100,0%	20.438	-86,9%	23.118	(151.800)	<-100,0%
Imposto de Renda, Contribuição Social e Outros	(9.085)	(14.728)	-38,3%	(23.189)	-60,8%	(32.274)	(26.325)	22,6%
Lucro Líquido	(61.153)	27.783	<-100,0%	45.427	<-100,0%	(15.726)	49.574	<-100,0%
Margem Líquida	-3,41%	1,98%	-5,39 p.p	2,53%	-5,94 p.p	-0,44%	1,67%	-2,11 p.p
Margem Líquida ex-Receita de Construção	-4,05%	2,41%	-6,46 p.p	2,80%	-6,85 p.p	-0,50%	1,99%	-2,49 p.p
Lucro (Prejuízo) por Ação (R\$/ação)	(0,37)	0,17	<-100,0%	0,27	<-100,0%	(0,09)	0,30	<-100,0%

(1) Variação entre 2T21 e 1T21 (2) Variação entre 6M21 e 6M20

(3) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações, (4) EBIT: Resultado do Serviço

Receita Operacional Bruta

RECEITA OPERACIONAL BRUTA (R\$ MIL)

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
Fornecimento de Energia	2.008.859	1.643.357	22,2%	2.375.600	-15,4%	4.384.459	3.716.752	18,0%
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e	(6.701)	758	<-100,0%	(10.312)	-35,0%	(17.013)	(10.930)	55,7%
Subvenção baixa renda	12.436	27.108	-54,1%	12.092	2,8%	24.528	36.265	-32,4%
Subvenção de recursos da CDE	63.424	46.954	35,1%	54.748	15,8%	118.172	103.761	13,9%
Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo	2.078.018	1.718.177	20,9%	2.432.128	-14,6%	4.510.146	3.845.848	17,3%
Ativos e passivos financeiros setoriais	258.400	43.366	>100,0%	131.270	96,8%	389.670	(6.274)	<-100,0%
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	259.829	182.821	42,1%	150.921	72,2%	410.750	381.997	7,5%
Receita de Construção	285.980	247.366	15,6%	171.684	66,6%	457.664	472.309	-3,1%
Venda de Energia Excedente - MVE	53.708	-	-	-	-	53.708	-	-
Outras Receitas	(46.958)	24.461	<-100,0%	(11.395)	>100,0%	(58.353)	49.128	<-100,0%
Total - Receita Operacional Bruta	2.888.977	2.216.191	30,4%	2.874.608	0,5%	5.763.585	4.743.008	21,5%

(1) Variação entre 2T21 e 1T21 (2) Variação entre 6M21 e 6M20

A receita operacional bruta da Enel Distribuição Rio teve um aumento de 30,4% (R\$ 672,8 milhões) no 2T21 em relação ao 2T20. Excluindo-se o efeito da receita de construção, a receita operacional bruta da Companhia alcançou o montante de R\$ 2,6 bilhões no 2T21, o que representa um aumento de 32,2% (R\$ 634,2 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior, cujo montante foi de R\$ 2,0 bilhões. Este resultado é devido, principalmente, aos seguintes efeitos:

- Efeito positivo pelo aumento no fornecimento de energia em R\$ 365,5 milhões, como resultado do maior volume de energia distribuída no mercado cativo (2.036 GWh no 2T21 contra 1.841 GWh no 2T20), além do maior mix tarifário, decorrente do aumento de tarifa, em março de 2021, com o efeito médio percebido pelos consumidores em 6,02%;
- Aumento em ativos e passivos financeiros setoriais líquidos, em R\$ 215,0 milhões, como resultado de maior constituição de ativo regulatório no período;
- Aumento de 42,1% (R\$ 77,0 milhões) na receita de uso da rede elétrica (consumidores livres – revenda), resultado da recuperação do consumo impactado pelo resultado da pandemia do COVID-19 no 2T20;
- Aumento de R\$ 53,7 milhões na rubrica de Venda de Energia Excedente - MVE em relação ao 2T20, como resultado, principalmente, da Companhia ter participado do mecanismo em maior volume.

Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo(a):

- Redução de R\$ 71,4 milhões em outras receitas, em função de maior repasse do montante faturado via bandeira tarifária, impactados pela vigência das bandeiras amarela e vermelha, no 2T21, em contraponto à bandeira verde, que vigorava no 2T20;
- Redução de 54,1%, ou R\$ 14,7 milhões em receita oriunda de subvenção baixa renda, relacionado às medidas aplicadas em 2020 pelo governo para mitigação dos impactos da pandemia;

No acumulado do ano, a receita operacional bruta da Companhia apresentou uma variação positiva de 21,5%, ou R\$ 1.020,6 milhões, em relação ao primeiro semestre de 2020, totalizando R\$ 5,8 bilhões. Excluindo o efeito da receita de construção, a receita operacional bruta da Companhia, nos 6M21, alcançou o montante de R\$ 5,31 bilhões, um aumento de R\$ 1.04 bilhão em relação aos 6M20, cujo montante foi de R\$ 4,27 bilhões. Este aumento é resultado, principalmente, dos seguintes fatores:

- Aumento de R\$ 667,7 milhões na rubrica de Fornecimento de Energia Elétrica em relação aos 6M20, como resultado, principalmente, do maior volume de energia distribuído no período (4.295 GWh no 6M21 vs. 4.115 GWh nos 6M20) além do reajuste médio tarifário de 6,02% aplicado a partir de março de 2021.
- Aumento de R\$ 395,9 milhões na rubrica de ativo e passivo financeiro setorial, decorrente da maior constituição de ativo regulatório entre períodos; e
- Aumento de R\$ 53,7 milhões na rubrica de Venda de Energia Excedente - MVE em relação ao 6M20, como resultado, principalmente, da Companhia ter participado do mecanismo em maior volume.

Esses efeitos foram parcialmente compensados pela:

- Redução de R\$ 107,5 milhões em outras receitas, em função de maior repasse do montante faturado via bandeira tarifária, impactados pela vigência das bandeiras amarela e vermelha, nos 6M21, em contraponto à bandeira verde, que vigorava nos 6M20 (exceto em janeiro/20, quando estava vigente a bandeira amarela).

Deduções da Receita

DEDUÇÕES DA RECEITA (R\$ MIL)

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
ICMS	(649.222)	(470.257)	38,1%	(639.767)	1,5%	(1.288.989)	(1.061.463)	21,4%
PIS	(33.988)	(32.727)	3,9%	(45.764)	-25,7%	(79.752)	(71.381)	11,7%
COFINS	(156.550)	(150.743)	3,9%	(210.791)	-25,7%	(367.341)	(328.785)	11,7%
ISS	(1.270)	(1.159)	9,6%	(1.225)	3,7%	(2.495)	(2.164)	15,3%
Total - Tributos	(841.030)	(654.886)	28,4%	(897.547)	-6,3%	(1.738.577)	(1.463.793)	18,8%
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(236.287)	(145.407)	62,5%	(163.670)	44,4%	(399.957)	(290.401)	37,7%
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	(14.846)	(11.320)	31,1%	(16.200)	-8,4%	(31.046)	(24.538)	26,5%
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSI	(2.214)	(2.149)	3,0%	(2.212)	0,1%	(4.426)	(4.175)	6,0%
Total - Encargos Setoriais	(253.347)	(158.876)	59,5%	(182.082)	39,1%	(435.429)	(319.114)	36,4%
Total - Deduções da Receita	(1.094.377)	(813.762)	34,5%	(1.079.629)	1,4%	(2.174.006)	(1.782.907)	21,9%

(1) Variação entre 2T21 e 1T21 (2) Variação entre 6M21 e 6M20

As deduções da receita no 2T21 registraram aumento de 34,5%, R\$ 280,6 milhões em comparação com o 2T20. Os principais efeitos são apresentados a seguir: (i) o aumento de 28,4% (R\$ 186,1 milhões) no total de tributos, decorrente sobretudo do aumento da base de cálculo de ICMS, PIS e COFINS; e (ii) aumento de 59,5% (R\$ 94,5 milhões) em Encargos Setoriais, derivados sobretudo pelo aumento de R\$ 90,9 milhões na rubrica de Conta de Desenvolvimento Energético, "CDE", em função do ajuste no valor das quotas de arrecadação homologado pelo regulador.

Nos 6M21, as deduções da receita totalizaram R\$ 2.174,0 milhões, contra R\$ 1.782,9 milhões nos 6M20, aumento de 21,9% ou R\$ 391,1 milhões, resultado, sobretudo, do aumento do total de tributos.

Custos e Despesas Operacionais

No segmento de distribuição de energia, de acordo com a ANEEL, a estrutura de custos e despesas operacionais é dividida entre (i) Parcela A (chamados aqui custos não gerenciáveis pela distribuidora) e (ii) Parcela B (que representam os custos gerenciáveis pela distribuidora).

Na Parcela A, ou custos não-gerenciáveis, estão inclusos os custos de energia comprada para revenda, os encargos setoriais, e os custos referentes aos encargos de conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição. Os custos da Parcela B compreendem, entre outros, os custos de operação e manutenção do sistema de distribuição e sua depreciação.

A seguir, estão demonstrados os Custos e Despesas Operacionais da Companhia, segregados entre gerenciáveis e não-gerenciáveis.

CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
Custos e despesas não gerenciáveis								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(781.920)	(659.008)	18,7%	(791.740)	-1,2%	(1.573.660)	(1.368.001)	15,0%
Encargos do Uso do Sistema de Transmissão	(198.196)	(140.373)	41,2%	(191.308)	3,6%	(389.504)	(283.529)	37,4%
Encargos dos Serviços dos Sistemas	(72.592)	48.611	<-100,0%	(105.954)	-31,5%	(178.546)	47.440	<-100,0%
Total - Não gerenciáveis	(1.052.708)	(750.770)	40,2%	(1.089.002)	-3,3%	(2.141.710)	(1.604.090)	33,5%
Custos e despesas gerenciáveis								
Pessoal	(35.608)	(32.186)	10,6%	(47.517)	-25,1%	(83.125)	(71.030)	17,0%
Material e Serviços de Terceiros	(131.173)	(127.694)	2,7%	(131.687)	-0,4%	(262.860)	(262.383)	0,2%
Depreciação e Amortização	(114.052)	(99.342)	14,8%	(119.360)	-4,4%	(233.412)	(200.053)	16,7%
Custo de Desativação de Bens	-	(9.487)	-100,0%	-	-	-	(21.803)	-100,0%
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(140.140)	7.619	<-100,0%	(91.476)	53,2%	(231.616)	(37.259)	>100,0%
Custo de Construção	(285.980)	(247.366)	15,6%	(171.684)	66,6%	(457.664)	(472.309)	-3,1%
Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	(3.337)	5.603	<-100,0%	(22.616)	-85,2%	(25.953)	(22.388)	15,9%
Recuperação de Perdas	-	-	-	-	-	-	13.882	-100,0%
Perda de recebíveis de clientes	(49.663)	(31.220)	59,1%	(39.805)	24,8%	(89.468)	(50.899)	75,8%
Receita de multa por impuntualidade de clientes	1.231	15.514	-92,1%	1.129	9,0%	2.360	35.862	-93,4%
Outras receitas/despesas operacionais	(37.918)	(15.534)	>100,0%	(34.783)	9,0%	(72.701)	(39.932)	82,1%
Total - Gerenciáveis	(796.640)	(534.093)	49,2%	(657.799)	21,1%	(1.454.439)	(1.128.312)	28,9%
Total - Custos do Serviço e Despesa Operacional	(1.849.348)	(1.284.863)	43,9%	(1.746.801)	5,9%	(3.596.149)	(2.732.402)	31,6%

(1) Variação entre 2T21 e 1T21 (2) Variação entre 6M21 e 6M20

Os custos e despesas operacionais no 2T21 tiveram um incremento de 43,9% (R\$ 564,5 milhões) em relação ao 2T20. Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos do serviço e despesa operacional da Companhia alcançaram o montante de R\$ 1,6 bilhão no 2T21, o que representa um aumento de 50,7% (R\$ 525,9 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Custos e Despesas Não Gerenciáveis, totalizaram R\$ 1,1 bilhão, montante 40,2% (R\$ 301,9 milhões) superior ao registrado no 2T20 (R\$ 750,8 milhões). Os principais efeitos foram:

- aumento na rubrica Energia Elétrica Comprada para Revenda (R\$ 122,9 milhões) decorrente, principalmente, de maiores custos com energia comprada de Itaipu, resultado, sobretudo, da variação cambial no período, além do aumento de custo das Cotas (Lei nº 12.783/2013), e de maior custo com risco hidrológico registrado no trimestre;
- aumento de R\$ 57,8 milhões em custos com Encargos do Uso do Sistema de Transmissão, decorrente, principalmente, do reajuste anual das transmissoras que ocorreu em julho/2020;
- aumento nos Encargos dos Serviços do Sistema (ESS), em um montante de R\$ 121,2 milhões, em função, sobretudo, de maior encargo por restrição operativa.

No acumulado do ano, os custos não-gerenciáveis totalizaram R\$ 2,1 bilhões, resultado 33,5% superior ao registrado no 2S20. Tal variação também é justificada pelos motivos explicados acima.

Os Custos e Despesas Gerenciáveis, no 2T21, apresentaram aumento de R\$ 223,9 milhões, excluindo o efeito de custo de construção. As principais variações podem ser explicadas pelo:

- Aumento de R\$ 147,8 milhões na rubrica de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa em razão do efeito negativo provocado, substancialmente, pela Lei Estadual 8.769/20 que proibiu o corte de energia aos clientes inadimplentes;
- Aumento de R\$ 18,4 milhões em perda de recebíveis de clientes, devido, principalmente, ao aumento na baixa de recebíveis de clientes com faturas vencidas há mais de cinco anos, quando comparado ao mesmo período do ano anterior;
- Redução de R\$ 14,2 milhões em receita de multa por impontualidade de clientes, em razão da suspensão da cobrança de multas e juros em decorrência do Plano de Contingência da Secretaria do Estado de Saúde do Rio de Janeiro, como consequência da pandemia;

No acumulado do ano, os custos gerenciáveis somaram R\$ 1,4 bilhão, montante 151,9% superior que o valor registrado no mesmo período do ano passado. Excluindo-se os custos de construção o aumento registrado foi de 151,9%, ou R\$ 340,8 milhões. A variação, total, explica-se pelo:

- Maior Provisão para Créditos de Liquidação duvidosa no montante de R\$ 194,4 milhões em razão do efeito negativo provocado, substancialmente, pela Lei Estadual 8.769/20 que proibiu o corte de energia aos clientes inadimplentes;
- Aumento de R\$ 38,6 milhões em perda de recebíveis de clientes, devido, principalmente, ao aumento na baixa de recebíveis de clientes com faturas vencidas há mais de cinco anos, quando comparado ao mesmo período do ano anterior;
- Redução de R\$ 33,5 milhões em receita de multa por impontualidade de clientes, em razão da suspensão da cobrança de multas e juros em decorrência do Plano de Contingência da Secretaria do Estado de Saúde do Rio de Janeiro, como consequência da pandemia.

EBITDA

Segue abaixo a conciliação dos valores que compõem os cálculos do EBITDA e do EBIT, constantes das demonstrações contábeis da companhia, de acordo com a instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012: (EBITDA em 2021 foi impactado negativamente pela da Lei Estadual 8.769/20, que proibiu o corte de energia dos clientes inadimplentes, acarretando em um aumento na provisão para créditos de liquidação duvidosa).

CONCILIAÇÃO DO EBITDA E DO EBIT (R\$ MIL)

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	(61.153)	27.783	<-100,0%	45.427	<-100,0%	(15.726)	49.574	<-100,0%
(+) Tributo sobre o Lucro (NE 29)	9.085	14.728	-38,3%	23.189	-60,8%	32.274	26.325	22,6%
(+) Resultado Financeiro (NE 28)	(2.680)	75.055	<-100,0%	(20.438)	-86,9%	(23.118)	151.800	<-100,0%
(=) EBIT	(54.748)	117.566	<-100,0%	48.178	<-100,0%	(6.570)	227.699	<-100,0%
(+) Depreciações e Amortizações	114.052	99.342	14,8%	119.360	-4,4%	233.412	200.053	16,7%
(=) EBITDA	59.304	216.908	-72,7%	167.538	-64,6%	226.842	427.752	-47,0%

(1) Variação entre 2T21 e 1T21 (2) Variação entre 6M21 e 6M20

Resultado Financeiro*

RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MIL)

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
Receitas Financeiras								
Renda de Aplicação Financeira	909	1.554	-41,5%	1.897	-52,1%	2.806	2.114	32,7%
Juros e atualização financeira por impontualidade de clientes	7.841	7.672	2,2%	8.528	-8,1%	16.369	23.648	-30,8%
Variações monetárias	689	2.844	-75,8%	-	-	689	6.357	-89,2%
Ativo indenizável - Marcação a Mercado	80.944	(15.556)	<-100,0%	90.375	-10,4%	171.319	12.569	>100,0%
Variação cambial de dívidas	92.313	-	-	233.043	-60,4%	325.356	-	-
Dívida - Marcação a mercado	-	(2.085)	-100,0%	-	-	-	1.551	-100,0%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	(103.339)	59.490	<-100,0%	394.827	<-100,0%	291.488	348.056	-16,3%
Variação monetária de ativos financeiros setoriais	2.881	1.353	>100,0%	7.542	-61,8%	10.423	8.901	17,1%
Outras receitas financeiras	3.864	1.637	>100,0%	2.807	37,7%	6.671	2.243	>100,0%
(-) Crédito de PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(1.257)	(639)	96,7%	(488)	>100,0%	(1.745)	(1.618)	7,8%
Total - Receitas Financeiras	84.845	56.270	50,8%	738.531		823.376	403.821	>100,0%
Despesas financeiras								
Variação monetária de dívidas	(2.996)	-	-	(1.775)	68,8%	(4.771)	-	-
Variação cambial de dívidas	105.244	(73.180)	<-100,0%	(387.604)	<-100,0%	(282.360)	(345.097)	-18,2%
Dívida - Marcação a mercado	-	8.515	-100,0%	(2.158)	-100,0%	(2.158)	-	-
Encargo de dívidas e mútuos	(40.975)	(27.462)	49,2%	(32.755)	25,1%	(73.730)	(56.979)	29,4%
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(17.876)	(10.322)	73,2%	(21.210)	-15,7%	(39.086)	(71.946)	-45,7%
Encargo de fundo de pensão	(9.730)	(7.374)	32,0%	(9.731)	-0,0%	(19.461)	(14.748)	32,0%
Juros debêntures	(8.460)	(13.139)	-	(5.236)	-	(13.696)	(31.195)	-
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	(98.741)	7.548	<-100,0%	(235.601)	-58,1%	(334.342)	(10.134)	>100,0%
Encargos com vendas de recebíveis	-	(37)	-100,0%	-	-	-	(37)	-100,0%
Variação monetária de passivos financeiros setoriais	(1.412)	-	-	(15.091)	-90,6%	(16.503)	-	-
Outras despesas financeiras	(7.219)	(15.874)	-54,5%	(6.932)	4,1%	(14.151)	(25.485)	-44,5%
Total - Despesas Financeiras	(82.165)	(131.325)	-37,4%	(718.093)	-88,6%	(800.258)	(555.621)	44,0%
Total - Receitas e Despesas Financeiras	2.680	(75.055)	<-100,0%	20.438	-86,9%	23.118	(151.800)	<-100,0%

(1) Variação entre 2T21 e 1T21 (2) Variação entre 6M21 e 6M20

O resultado financeiro líquido da Enel Distribuição Rio apresentou uma receita de R\$ 2,7 milhões, montante R\$ 77,7 milhões maior em relação ao registrado no 2T20, como consequência das seguintes variações relevantes: (i) maior receita de ativo indenizável no valor de R\$ 96,5 milhões, em razão, sobretudo, do reconhecimento dos efeitos da revisão tarifária e do aumento do IPCA que é utilizado para atualização desse ativo; parcialmente compensado por (ii) aumento de encargos de dívida e mútuos em R\$ 13,5 milhões entre os períodos e (iii) aumento de atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas no montante de R\$ 7,5 milhões.

No acumulado do ano, a receita financeira líquida da Companhia totalizou R\$ 23,1 milhões, resultado superior a despesa registrada nos 6M20 em R\$ 174,9 milhões. Essa variação explica-se, sobretudo, pela: (i) maior receita de ativo indenizável, em um montante de R\$ 158,8 milhões, (ii) menor despesa de atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas no montante de R\$ 32,9 milhões; parcialmente compensado por (iii) aumento de encargos de dívida e mútuos em R\$ 16,8 milhões entre os períodos.

Tributos (IR/CSLL)

TRIBUTOS (IR/CSLL) E OUTROS (R\$ MIL)

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
IR e CSLL - correntes	(55.379)	-	-	(63.442)	-12,7%	(118.821)	-	-
IR e CSLL - diferidos	46.294	(14.728)	<-100,0%	40.253	15,0%	86.547	(26.325)	<-100,0%
Total	(9.085)	(14.728)	-38,3%	(23.189)	-60,8%	(32.274)	(26.325)	22,6%

(1) Variação entre 2T21 e 1T21 (2) Variação entre 6M21 e 6M20

As despesas com Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no 2T21 registraram uma redução de R\$ 5,6 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior, devido ao aumento na base de cálculo desses tributos. No acumulado do ano as despesas totais, líquidas, com IR, CSLL e Incentivos fiscais registraram aumento de R\$ 5,9 milhões.

* Valores não auditados pelos auditores independentes

Endividamento

INDICADORES DE ENVIDAMENTO

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
Dívida bruta (R\$ mil)	4.661.060	4.094.375	13,8%	4.429.315	5,2%	4.661.060	3.858.060	20,8%
Dívida com Terceiros	2.582.029	2.983.514	-13,5%	2.605.661	-0,9%	2.582.029	2.868.104	-10,0%
Dívida Intercompany	2.079.031	1.110.861	87,2%	1.823.654	14,0%	2.079.031	989.956	>100,0%
(-) Caixa, Equivalentes e Aplicações Financ. (R\$ mil)	328.789	309.578	6,2%	380.410	-13,6%	328.789	409.320	-19,7%
Dívida líquida (R\$ mil)	4.332.271	3.784.797	14,5%	4.048.905	7,0%	4.332.271	3.448.740	25,6%
Dívida Bruta / EBITDA(2)*	4,22	3,47	21,6%	4,08	3,4%	4,22	3,47	21,6%
Dívida Líquida / EBITDA(2)*	3,93	3,20	22,8%	3,73	5,4%	3,93	3,20	22,8%
Dívida bruta / (Dívida bruta + PL)	0,56	0,53	5,7%	0,55	1,8%	0,56	0,53	5,7%
Dívida líquida / (Dívida líquida + PL)	0,54	0,51	5,9%	0,53	1,9%	0,54	0,51	6,3%

(1) Variação entre 2T21 e 1T21 (2) Variação entre 6M21 e 6M20

(2) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações (acumulado nos últimos 12 meses)

A dívida bruta da Companhia aumentou R\$ 567 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente por: (i) novas captações no montante de R\$ 2.614 milhões para capital de giro e refinanciamento de dívida, dos quais R\$ 850 milhões referem-se a mútuos com sua controladora Enel Brasil, R\$ 980 milhões referem-se a mútuos com a Enel Financial International e R\$ 784 milhões a dívida bancária; (iii) provisão de encargos e variações monetária de R\$ 166 milhões; compensados parcialmente, por (iv) amortizações em torno de R\$ 2.082 milhões, e pagamento de encargos em aproximadamente R\$ 125 milhões ocorridos entre os períodos.

A Enel Distribuição Rio encerrou o 2T21 com o custo médio de dívida no período de 4,16% a.a. *, ou CDI + 1,48% a.a.

Classificação de Riscos (Rating)

Em 14 de setembro de 2020, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável.

Colchão de Liquidez*

Para manutenção da liquidez e atendimento das necessidades de caixa, a Companhia utiliza-se de linhas de crédito para capital de giro, imediatamente disponíveis por meio de contratos firmados com bancos de primeira linha no valor de R\$ 80 milhões. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com partes relacionadas aprovados pela Aneel, por meio do Despacho Nº 2.979/2018, até 11 de dezembro de 2022 no valor de até R\$ 1.700 milhões.

Devido às incertezas causadas pela pandemia do COVID19, que provocou alterações no planejamento financeiro para o ano de 2020 e 2021, com uma maior necessidade de financiamento para realização de investimentos e cobertura de capital de giro da Companhia, a Aneel aprovou a ampliação do limite de mútuo em R\$ 1.000 bilhão, através do despacho Nº 1.923 de 01 de julho de 2020 e, posteriormente, mais R\$ 600 milhões por meio do despacho Nº 902 de 30 de março de 2021, totalizando um montante de R\$ 3.300 milhões.

Da dívida intercompany, o montante de R\$ 1.080 milhões, refere-se a crédito com a controladora Enel Brasil cuja exigibilidade é flexível, podendo ser renegociado por prazo suficiente até que a Companhia demonstre capacidade financeira para liquidar essas dívidas sem comprometer seus índices de endividamento e capacidade de pagamento.

Índices Financeiros - Covenants

Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 18 e 19 das Informações trimestrais referentes ao segundo trimestre de 2021, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados com base em suas Informações Trimestrais e Demonstrações Contábeis Anuais, os quais foram atingidos em 30 de junho de 2021. Segue abaixo o cálculo do *covenant* financeiro exigido na debênture de 10ª emissão da Enel Distribuição Rio.

Cálculo dos Indicadores Financeiros*

2T21

Lucro (prejuízo) Líquido	(16.376)
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(32.845)
(-) Resultado Financeiro	(63.003)
(-) Provisões para Contingências	(26.827)
(-) Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	(528.192)
(-) Depreciação e Amortização	(468.841)
EBITDA 12 Meses	1.103.332
Empréstimos e Financiamentos	1.573.211
Debêntures	1.008.818
Mútuos com partes relacionadas (não subordinados)	1.459.274
(-) Caixa e Equivalente de Caixa	217.136
(-) Aplicações Financeiras	111.653
(-) Depósito em garantias de financiamento	-
Dívida Financeira Líquida	3.712.514

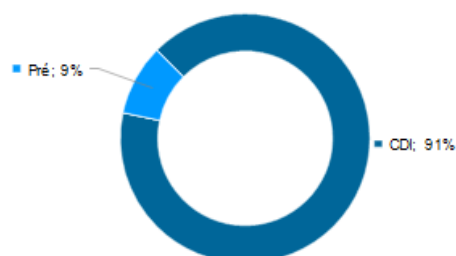
Covenant Financeiro

Dívida Fin. Líquida/EBITDA - Limite Máx. 3,50	3,36
------------------------------------------------------	-------------

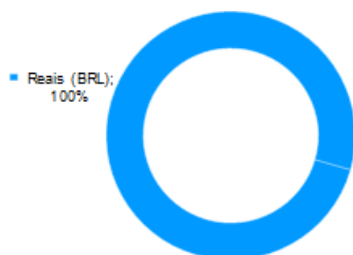
Abertura da Dívida Bruta - CP e LP
Posição Final em Jun/21



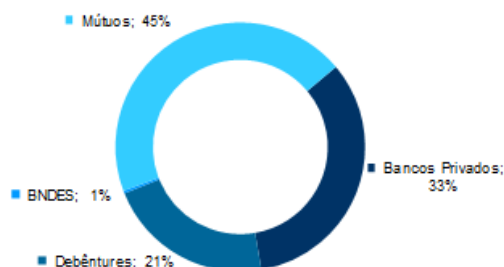
Abertura da Dívida Bruta - Indexadores
Posição Final em Jun/21



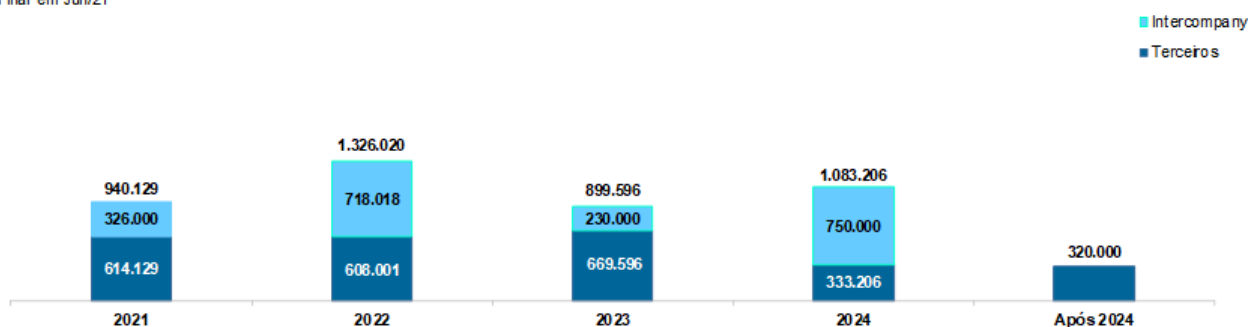
Abertura da Dívida Bruta - Moedas
Posição Final em Jun/21



Abertura da Dívida Bruta - Credor
Posição Final em Jun/21



Curva de Amortização de saldo de dívida com SWAP (R\$ Mil)
Posição Final em Jun/21



INVESTIMENTOS

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)*

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
Novas Conexões	119.326	66.616	79,1%	56.215	>100,0%	175.541	126.663	38,6%
Rede	97.464	100.625	-3,1%	52.871	84,3%	150.334	182.262	-17,5%
Combate às Perdas	46.018	44.864	2,6%	24.794	85,6%	70.813	69.060	2,5%
Qualidade do Sistema Elétrico	20.643	52.259	-60,5%	19.801	4,3%	40.444	106.255	-61,9%
Adequação à carga	30.803	3.502	>100,0%	8.275	>100,0%	39.078	6.947	>100,0%
Outros	89.256	49.616	79,9%	29.895	>100,0%	119.151	90.403	31,8%
Total Investido	306.046	216.857	41,1%	138.981	>100,0%	445.026	399.328	11,4%
Aportes / Subsídios / Depósitos Judiciais	-	(2.016)	-100,0%	-	-	-	(2.358)	-100,0%
Investimento Líquido	306.046	214.841	42,5%	138.981	>100,0%	445.026	396.970	12,1%

(1) Variação entre 2T21 e 1T21 (2) Variação entre 6M21 e 6M20

No 2T21, a Companhia investiu R\$ 306,0 milhões, um aumento de 41,1% em comparação ao mesmo período do ano passado. O foco dos investimentos foi na expansão por meio de novas conexões para acompanhar o crescimento vegetativo da área de concessão, além de atividades de adequação de infraestrutura e no combate às perdas. Na rubrica “outros”, destacam-se também o investimento em manutenção que aumentam a vida útil dos ativos (R\$ 35,2 milhões). No acumulado do ano, a Companhia investiu R\$ 445,0 milhões, volume 11,4% maior comparado ao investido nos 6M20.

5 TEMAS RELEVANTES

Bandeiras Tarifárias vigentes

A partir janeiro de 2015, as contas de energia incorporaram os efeitos do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O sistema possui três bandeiras: verde, amarela e vermelha, que indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade. As bandeiras tarifárias tiveram os seguintes acréscimos:

Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;

Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis.

- De 01/02/2016 à 31/01/2017 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos;
- De 01/02/2017 a 30/04/2018 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 2,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2.203/2017);
- A partir de 01/05/2018 – A tarifa sofre redução e fica estipulada em R\$ 1,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2.392/2018).
- A partir de 01/07/2019 – A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2551/19)
- A partir de 01/11/19 – A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,343 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2628/19)
- A partir de 01/07/21 – A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,874 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2.888/21).

Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração.

- Até 28/02/2015 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 3,00 para cada 100 kWh consumidos;
- De 01/03 até 31/08/2015 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 5,50 para cada 100 kWh consumidos;
- De 01/09/2015 à 31/01/2016 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 4,50 para cada 100 kWh consumidos;
- De 01/02/2016 à 31/01/2017 – A tarifa passou a ter dois patamares de acréscimo (R\$ 3,00 ou R\$ 4,50 para cada 100 kWh consumidos);
- De 01/02/2017 à 31/10/2017 - A tarifa dos dois patamares passou a ser R\$ 3,00 (patamar 1) e R\$ 3,50 (patamar 2) para cada 100 kWh consumidos (REH 2.203/2017)

- De 01/11/2017 a 30/04/2018 - A tarifa da bandeira patamar 2 passou a ser R\$ 5,00 para cada 100 kWh consumidos (Audiência Pública 061/2017);
- A partir de 01/05/2018 – As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 3,00 (patamar 1) e R\$ 5,00 (patamar 2) para cada 100 kWh consumidos (REH 2.392/2018).
- A partir de 01/07/2019 – As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 4,00 (patamar 1) e R\$ 6,00 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2551/19)
- A partir de 01/11/19 – As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 4,169 (patamar 1) e R\$ 6,243 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2628/19)
- A partir de 01/07/21 – As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 3,971 (patamar 1) e R\$ 9,942 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2.888/21).

Em função da pandemia causada pelo coronavírus, a ANEEL decidiu, por meio do Despacho nº 1.511/20, de 26 de maio de 2020, suspender, em caráter excepcional e temporário, a aplicação das Bandeiras Tarifárias e acionar a bandeira verde até 31 de dezembro de 2020. Contudo, diante de condições hidroenergéticas adversas, em 30 de novembro de 2020, por meio do Despacho nº 3.364/20, a ANEEL decidiu revogar o Despacho nº 1.511/20 e reativou o sistema das bandeiras tarifárias, que retornou sua vigência a partir de 1º de dezembro de 2020 com o acionamento da bandeira vermelha - patamar 2.

O primeiro trimestre de 2021 foi marcado pela recuperação lenta dos níveis de reservatórios hidráulicos, assim a ANEEL publicou o acionamento da bandeira amarela para os meses de jan21 a mar21. Com a piora do cenário hidrológico, a bandeira vermelha patamar 1 foi acionada em maio de 2021 e em junho foi acionada a bandeira vermelha patamar 2.

As bandeiras tarifárias que vigoraram em 2020 e no 1º trimestre de 2021, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:

2020	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD gatilho - R\$/MWh	291,00	185,56	57,23	39,68	39,68							

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

2021	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD gatilho - R\$/MWh	213,42	136,72	127,36	92,88	203,88	251,84						

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

Em 17 de dezembro de 2019, a Resolução Homologatória n.º 2.655 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2020. O PLD máximo foi fixado em R\$ 559,75/MWh e o valor mínimo em R\$ 39,68/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2020.

Em 15 de dezembro de 2020, a Resolução Homologatória n.º 2.828 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2021. O PLD máximo foi fixado em R\$ 583,88/MWh e o valor mínimo em R\$ 49,77/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2021.

Conta-Covid

Em 23 de junho de 2020, a ANEEL aprovou a regulamentação da Conta Covid (Resolução Normativa nº 885/2020). Tal regulamento estabelece os critérios do empréstimo de um conjunto de banco às distribuidoras, com o objetivo de garantir o fluxo de caixa das empresas neste período de pandemia e evitar reajustes tarifários elevados.

Em 22 de julho de 2020, foram assinados os contratos entre a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e 16 instituições financeiras para formalizar e viabilizar os empréstimos para as distribuidoras de energia elétrica.

Em 31 de julho de 2020, iniciou-se, por meio do Despacho ANEEL nº 2.177, o recebimento pelas concessionárias dos recursos da conta covid. Na tabela abaixo observa-se os repasses recebidos.

Despacho nº	Data	Empréstimo (R\$ milhões)
2.177	24/07/2020	302
2.353	11/08/2020	48
2.640	11/09/2020	67
2.914	09/10/2020	89
3.197	11/11/2020	38
3.940	10/12/2020	256

Em 19 de agosto de 2020, a ANEEL abriu a 2ª fase da Consulta Pública nº 035/20, com o objetivo de regulamentar o Art 6º do Decreto 10.350/20, que trata da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessão de distribuição.

Em 16 de dezembro de 2020, a ANEEL, após avaliar as contribuições recebidas, decidiu abrir uma 3ª fase de discussão sobre as regras para o reequilíbrio econômico devido à pandemia. Vale destacar que em tal fase da consulta, a ANEEL também vai discutir a gradação do benefício do referido empréstimo, para alocação do spread bancário entre os consumidores e os distribuidores de energia elétrica.

Reajuste Tarifário Anual 2021

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 09 de março, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2021 a ser aplicado a partir de 15 de março de 2021.

A ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual da Companhia positivo de +12,57% composto por reajuste econômico de +16,86% e componente financeiro de -4,29%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário, o efeito médio percebido pelos consumidores foi de +6,02%.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Reajuste Tarifário	
Encargos Setoriais	4,93%
Energia Comprada	4,47%
Encargos de Transmissão	5,65%
Parcela A	15,15%
Parcela B	1,71%
Reajuste Econômico	16,86%
CVA Total	8,29%
Reversão Conta Covid	-14,29%
Outros Itens Financeiros da Parcela A	1,71%
Reajuste Financeiro	-4,29%
Reajuste Total	12,57%
Componentes Financeiros do Processo Anterior	-6,54%
Efeito para o consumidor	6,02%

Parcela A

Para o próximo ano regulatório, a Parcela A foi reajustada em 22,87%, representando 15,15% no reajuste econômico com os seguintes componentes:

- Encargos Setoriais: R\$ 1.086 milhões. Um aumento de 34,42%, representando 4,93% no reajuste econômico em função principalmente do encargo do PROINFA (23,97%);
- Energia Comprada: R\$ 2.561 milhões. O aumento de 10,92% decorre principalmente do aumento do custo unitário de contratos de Energia Nova e Alternativa – modalidade CCEAR por disponibilidade e também da variação de preço da energia de Itaipu indexada em dólar. O aumento do custo de compra de energia representa 4,47% no reajuste econômico; e
- Encargos de Transmissão: R\$ 877 milhões. Os custos de transmissão tiveram uma variação de 57,14%, correspondendo a um efeito de 5,65% no reajuste econômico. Sobre esse item, destaca-se a publicação das Resoluções Homologatórias nº 2.725 e 2.726, ambas de julho de 2020, as quais aprovaram, respectivamente, as novas Receitas Anuais Permitidas das concessionárias de transmissão e as novas Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão.

Parcela B

Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi reajustada em 5,06%, representando uma participação de 1,71% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- IGP-M de 28,94%, no período de 12 meses findos em fevereiro de 2021; e
- Fator X de 0,09 %, composto por:
 - Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de -0,12%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Enel RJ;
 - Componente X-Q (qualidade do serviço) de 0,21%; e
 - Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de 0%.

Componentes Financeiros

Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante de -R\$ 242 milhões, dentre os quais destacamos R\$ 468 milhões positivos referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A (“CVA”), Sobrecontratação de R\$ 21,05 milhões, Previsão de Risco Hidrológico de R\$ 158,17 milhões e Neutralidade de R\$ 121,21 milhões. Por fim, vale destacar que foi considerado um financeiro negativo relativo à conta Covid de -R\$ 712,62 milhões.

O reajuste tarifário médio de +6,02% a ser percebido pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, conforme detalhado a seguir:

Níveis de Tensão	Efeito Médio
Alta Tensão	10,38%
Baixa Tensão	4,63%
Efeito Médio	6,02%

Sobrecontratação Involuntária

Por meio do Despacho nº 2.508, de 27 de agosto de 2020, a ANEEL determinou os valores de sobrecontratação involuntária, porém sem levar em consideração às ações de máximo esforço que a ENEL Rio tem enveredado para limitar o seu nível de contratação. Diante desta decisão entramos com solicitação de efeito suspensivo, o qual foi negado pela Diretora da ANEEL por meio do Despacho nº 2.930, de 13 de outubro de 2020.

O mérito da reconsideração da decisão do Despacho nº 2.508/20 ainda está sendo avaliado pela Agência Reguladora.

Para o ano de 2020, devido à pandemia da COVID-19, um dos maiores impactos foi a redução do consumo de energia elétrica, agravando o cenário de sobrecontratação das distribuidoras. Diante deste fato, importante destacar que o Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, classifica a redução de carga devido à COVID como involuntária. A ANEEL abriu a 3ª fase da Consulta Pública nº 035/2020 que dentre outros assuntos está avaliando a metodologia de cálculo da redução de carga devido ao COVID em 2020 para fins de aplicação da involuntariedade na sobrecontratação.